



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0006105-90.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Antonio Aparecido dos Santos**

Aos 18 de novembro de 2013, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Promotor de Justiça Dr. Gilvan Machado, bem como do réu Antonio Aparecido dos Santos acompanhado de seu defensor, Dr. Luis Donizetti Luppi. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Adjalmo da Silva Paranhos, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo laudo de fls. 9. A autoria também é certa. O acusado confessou que na data e local mencionado na denúncia saiu a dirigir o seu veículo após ter ingerido bebida alcoólica. Acabou provocando uma colisão com um veículo estacionado de propriedade da testemunha ouvida nesta audiência, que confirmou a ocorrência do fato, ratificando a confissão do réu, uma vez que chegou a perceber que ele apresentava indícios de ter ingerido bebida alcoólica. É o quanto basta para a condenação do réu, nos termos da denúncia, cujo pedido aqui ratifico, observando para a fixação das penas que ele, embora tecnicamente primário, já se envolveu em delito similar conforme certificado a fls. 37. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: Antonio, considerando o que consta de sua defesa, não nega o teor da denúncia. Porém, tendo em vista o seu passado de trabalho, quase 25 anos de serviço ininterruptos na Faber Castell, requer se digne Vossa Excelência considerar tal fato. Mais: Antonio não resistiu ao exame de dosagem alcoólica, nem tampouco dificultou a ação policial. Confessou espontaneamente. Eis, portanto, atenuantes que merecem ser consideradas por Vossa Excelência. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS** (RG 16.220.310/SP), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306 da Lei 9.503/97, porque no dia 10 de novembro de 2011, por volta das 20h30, na Rua Leônidas da Silva, bairro Redenção, nesta cidade, policiais militares constataram que ele estivera conduzindo um veículo GM Corsa, verde, placas DES 1760, com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, apresentando-o à autoridade policial a qual determinou, com sua autorização, retirada de sangue para exame de dosagem alcoólica, cujo resultado apresentou uma concentração de 2,5 gramas de álcool por litro de sangue e que lá se envolvera em uma colisão de veículos, sem vítimas ou danos. Recebida a denúncia (fls. 39), o réu foi citado (fls. 48) e apresentou resposta à acusação (fls. 49/53). Em instrução foi inquirida uma testemunha de acusação em audiência anterior (fls. 79/80) e nesta audiência foi ouvida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor requereu a condenação nos termos da denúncia e a defesa requereu que fosse considerada a confissão e os bons antecedentes do réu na decisão a ser proferida. **É o relatório. DECIDO.** A acusação feita ao réu e constante na denúncia resultou integralmente demonstrada. Com efeito, como o réu confessa e a prova confirma, o mesmo assumiu a direção de veículo motorizado sob efeito de álcool, sendo apresentado no exame de dosagem alcoólica concentração de álcool de 2,5 g/l, conforme laudo de fls. 9. É o suficiente para a caracterização



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

do delito. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu, embora registrando antecedente, é tecnicamente primário, bem como confesso, circunstância que caracteriza atenuante, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno**, pois, **ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS** à pena de **6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa**, no valor mínimo, **substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses**, por ter transgredido o **artigo 306 da Lei 9503/97**. Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o aberto. Concedo ao mesmo os benefícios da assistência judiciária gratuita, em virtude da declaração apresentada a fls. 55. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. NADA MAIS. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEF.:

Réu: